



## **A QUESTÃO DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOCENTE NO PROEJA: uma análise sobre o Colégio Pedro II**

SILVA, Livaldo Teixeira<sup>1</sup>

SANTOS, Jordan Rodrigues dos<sup>2</sup>

NEVES, Bruno Miranda. **O PROEJA no Colégio Pedro II: Formação e Qualificação Docente em Questão**. RPC Editora, Rio de Janeiro, 2015.

A obra inicia apresentando o projeto de pesquisa, podendo constatar a articulação prática-teoria-prática, movimento próprio do materialismo histórico-dialético. O autor expõe sua trajetória, a militância no movimento secundarista, a trajetória profissional, destacando seus estudos sobre a relação trabalho e educação e segue apresentando a relevância da pesquisa no contexto do Programa de Formação Técnica Integrada ao Ensino Médio na EJA realizada pelo Colégio Pedro II, no estado do Rio de Janeiro.

O projeto parte da prática em nível de unidade: O colégio Pedro II, e faz a articulação com a compreensão histórica dos condicionantes da educação (economia, política e cultura). Para tanto, desvela a Pedagogia Política do Capital que reduz a educação a fator econômico, como insumo para a produção, desde o entendimento da crise estrutural do capitalismo, do complexo de Reestruturação Produtiva do Toyotismo e da Contrarreforma do Estado.

No segundo capítulo, com as bases históricas da economia e da política educacional, reconhece a epistemologia da pedagogia política renovada do capital, vislumbrando a possibilidade de fomento de uma pedagogia contra-hegemônica frente às demandas do capitalismo.

Destaca os nexos da Reestruturação Produtiva com a política de Educação Profissional no Governo Lula da Silva para enfatizar as especificidades da implementação do PROEJA no CPII: suas motivações, desdobramentos e a necessidade de qualificação dos educadores para trabalhar com o público da EJA de forma articulada com a formação profissional. Isso é importante porque, se somou a outras questões, redobrando o ânimo do trabalho.

<sup>1</sup> Pedagogo do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). Mestrando em Educação Profissional em Saúde, pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz. e-mail: livaldo.lirohboy@gmail.com

<sup>2</sup> Professor de Sociologia – SEEDUC/RJ. Mestrando em Educação (UFF). Graduado e licenciado em Ciências Sociais (UERJ). e-mail: jordansociologia@gmail.com



Intrigante para nós é o fato de o Colégio Pedro II (CPII), mesmo não estando subordinado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), não tendo experiência com o público jovem e adulto e não tendo a obrigação de ministrar cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), decide fazê-lo (NEVES, 2015, p. 13).

O trabalho descreve as características da Instituição, enumera seus *campi* e cursos, quantificando os servidores e o tipo de vinculação dos mesmos na instituição, frisando que os reflexos advindos da precarização do trabalho docente são mais acentuados no PROEJA.

Em seu Documento Base, o PROEJA, orienta e legitima que o mesmo se diferencia pelo reconhecimento dos direitos e das particularidades de atendimento de jovens e adultos contemplados. Deste modo, verifica a necessidade de desenvolvimento de um currículo integrado, metodologias próprias e ações de acompanhamento pedagógico e assistencial aos estudantes.

Num contexto amplo, explorando as relações trabalho-educação, constata uma realidade que, mesmo contendo no Documento Base orientação, apregoando a não subordinação da força de trabalho às necessidades do capital, as legislações que embasam essas políticas educacionais reparadoras realizam e sustentam a possibilidade de manutenção da dualidade educacional, histórica e tradicionalmente realizada no Brasil. Desse modo, Neves menciona os Decretos nº 2.208/97 e 5.154/04, este último possibilitando a integração curricular e o fomento de um modelo de educação politécnica sem, contudo, vedar a desintegração curricular.

Admitida a possibilidade de construção de uma Pedagogia contra hegemônica, isto significa, superar as políticas e programas de cunho patrimonialistas, improvisados e privatizados pela luta por outra sociabilidade.

No capítulo três, o autor discorre sobre a crise capitalista iniciada na década de 1970, identificado as saídas para a crise do ponto de vista burguês pela adequação da força de trabalho ao novo contexto que surge marcado pelo processo de reestruturação produtiva, inovações tecnológicas e reformas neoliberais de modo a recompor a base de acumulação capitalista sob a acumulação flexível. Esse processo, que é orientado pelos protocolos do Toyotismo, tem como suas principais premissas a precarização das relações de trabalho e a captura da subjetividade do trabalhador para conviver com as incertezas do mundo contemporâneo.

Não é de estranhar que a fase atual do capitalismo seja totalmente avessa à inclusão social pelo trabalho. A promessa de emprego tenha que ser substituída por noções como “empregabilidade”. Esta tem sido um laço ideológico entre o Toyotismo e as políticas de formação



profissional, e tende a tornar-se um senso comum para estas políticas (NEVES, 2015, p. 48).

Esta Pedagogia Política está presente em todos os níveis das relações humanas, sobretudo nas socioeconômicas. Um traço fundamental que transversaliza essas relações e que se constitui como estratégia de mediação dos conflitos sociais é que as soluções vislumbradas se mantêm dentro da sociabilidade do capital como se fosse impossível a sua superação. Como estratégia utilizada pela administração burguesa para a mediação dos conflitos de classe, há fomento a pequena política, fragmentando as demandas de classes.

No quarto capítulo, trabalha as características, processos e desdobramentos da reestruturação produtiva no Brasil, com destaque para precarização do trabalho, desindustrialização e financeirização da economia. Aponta a terceirização dos serviços públicos, travestida pelo apelo à participação da "sociedade civil" (em sua concepção liberal), gerando a diminuição da consciência de classe dos trabalhadores. Os conflitos passaram a ser mediados pela lógica do "diálogo social", desdobrando-se em transferência de serviços exclusivamente oferecidos pelo Estado ao setor privado.

Disserta sobre as disputas a nível jurídico, político e ideológico e seus reflexos nos documentos legais que embasaram os programas de qualificação profissional, pautados pelas parcerias público-privadas. O auge dessas disputas ocorreu com a revogação do Decreto nº 2.208/97 pela exatidão do Decreto nº 5.154/05.

No quinto capítulo, desenvolve sua arguição a partir da questão: Porque uma instituição com histórico de escolarização básica propedêutica como o CPII resolve oferecer PROEJA? As respostas dadas perpassam por um fenômeno, a "Ifetização". Quanto à qualificação de educadores, recorre a Paiva (2012), Veiga (2009), Gama e Leite (2012) e Moura (2006), sistematiza dados e o entendimento dos educadores do Colégio Pedro II.

Sobre as mudanças institucionais, ressalta o descontentamento das entidades (sindicatos e grêmios) e as mudanças que passou o Colégio Pedro II, caracterizando as questões da não-participação, como principal reclamação dessas entidades. O autor persegue as intencionalidades das mudanças institucionais, até a "Ifetização". Por fim, coloca a posição das entidades representativas por meio de publicações da época, demonstrando as discussões propiciadas na implementação do PROEJA, com destaque para a ADCPII e o SINDSCOPE.

Avançando, destaca a ausência de um projeto político pedagógico piloto, a não liberação dos servidores para o curso de pós-graduação e a falta de clareza sobre o currículo integrado. Considera-se uma preocupação em integrar Ensino Médio e Educação Profissional. Já na análise dos dados sobre a formação específica para atuar na EJA, constatou-se que, apesar dos professores a considerarem importante, pouco mais da metade declara não ter participado. Sublinha-se também o fato de metade do professorado estar atuando na modalidade não por interesses intrinsecamente pedagógicos e, sim, por conveniências pessoais. Coincidentemente



não demonstram haver debates sobre os índices de evasão ou o cumprimento dos objetivos do curso.

Nas considerações finais, ressalta a luta para uma formação que supere a fragmentação do trabalhador e reafirma a necessidade dos enfrentamentos concretos à possibilidade de um resultado que ultrapasse a lógica hegemônica, a da crise estrutural do capital, o que resulta na precarização do trabalho, degradação da vida e destruição dos direitos populares conquistados. Para contextualizar, recupera a crítica da Educação Profissional desde a década de 1990, o esfacelamento curricular e a própria forma da qualificação dos trabalhadores. Destacamos, no estudo realizado pelo autor da obra, sua consistente fundamentação teórica e analítica. Em relação as considerações finais acerca de seu objeto de estudo, ele revela de modo geral uma pedagogia que corresponda à reestruturação produtiva, à pedagogia da hegemonia, que não tem como prerrogativa a apropriação dos conhecimentos historicamente validados. Realça que no máximo acomodaria a precarização do trabalho e formação flexível para o trabalho simples. Segue contextualizando a investigação constatando que o Colégio Pedro II não possuía tradição na oferta de Educação Profissional. Isso evidencia as transformações institucionais pelas quais passou a referida instituição pública de ensino naquele momento. Quanto à análise da situação *in loco*, constatou que não houve na pesquisa com os educadores, qualquer menção de despreço com o trabalho com a EJA, constatando com o baixo percentual dos participantes de espaços formativos sobre o tema e finda com as considerações de conjuntura, das posições do grupo dirigente e dos sindicatos, considerando o momento de implementação, com dados relevantes para o estudo. Sustentado nas fundamentações, explicita de maneira conclusiva, a valorização e a qualificação dos educadores do PROEJA.

*Recebido em 16 de dezembro de 2016*

*Aceito em 28 de agosto de 2017*